



GT 49. Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenador(es):

Isadora Lins França (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedor/a: Heloisa Buarque de Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 2 - Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor/a: Júlio Assis Simões (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Sérgio Luís Carrara (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As últimas décadas têm assistido a transformações importantes no campo de gênero e sexualidade no Brasil, em direção à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades, partindo da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam – e constituem-se mutuamente – com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras. O objetivo deste GT é reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam uma reflexão pertinente ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) das dinâmicas relacionadas à violência nas suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) dos intrincados processos de subjetivação relacionados a gênero e a sexualidade e da produção de corpos e sujeitos; 3) da constituição de territorialidades e dos processos envolvendo circulação, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) das transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

Trânsitos precários: efeitos generificados da deterioração em tempo lento de uma estrada na Amazônia brasileira

Autoria: Telma de Sousa Bemerguy (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A partir dos resultados de pesquisa realizada sobre e ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá na Amazônia brasileira, nesse work proponho discutir os efeitos provocados pela vivência cotidiana e de longo-prazo com o deterioramento de uma estrada, abordando as formas como essa precarização compartilhada - também delimitada por configurações de raça, gênero, sexualidade e idade ? tem afetado distintas possibilidades (e necessidades) de transitar pela região. Concebida no bojo do Plano de Integração Nacional (PIN) conduzido no contexto da Ditadura Civil Militar, a rodovia Santarém-Cuiabá foi oficialmente inaugurada em 1973, inacabada e sem asfaltamento. Apesar das inúmeras obras de recuperação e manutenção realizadas desde sua inauguração, em 2019, a rodovia ainda possuía diversos trechos sem pavimentação dentro do Estado do Pará, o que, muitas vezes, a tornava intrafegável devido a formação de imensas crateras e atoleiros. A estrada possui 1767 km de extensão, atravessa 71 municípios e possui uma área de influência de 1.231,8



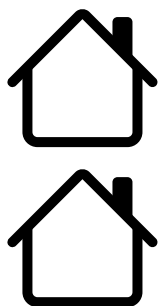
milhão de km² (Torres 2005). Partindo de etnografia realizada ao longo de viagens de ônibus e terminais rodoviários, entre Santarém, no Pará, e Sinop, no Mato Grosso, proponho uma análise sobre a dimensão ordinária e cotidiana dos deslocamentos realizados entre as cidades da região, interessada em refletir sobre os efeitos da vivência da temporalidade lenta de esfacelamento de um projeto de estrada de fundo colonial na conformação de subjetividades e territorialidades generificadas e racializadas; bem como na delimitação de sentimentos de abandono, de projetos de futuro e de sonhos com a ?mudança? e a chegada do ?progresso?. Em uma descrição atenta às particularidades do processo de ocupação da região e às transformações recentes decorrentes da vitória de Bolsonaro, buscarei demonstrar como uma descrição histórico-etnográfica dos trânsitos cotidianos pelas estradas da Amazônia brasileira, podem ser um caminho para compreender como valores neocoloniais/neoliberais, atualmente incorporados nos projetos do atual governo para a região, têm se fortalecido entre moradores locais.



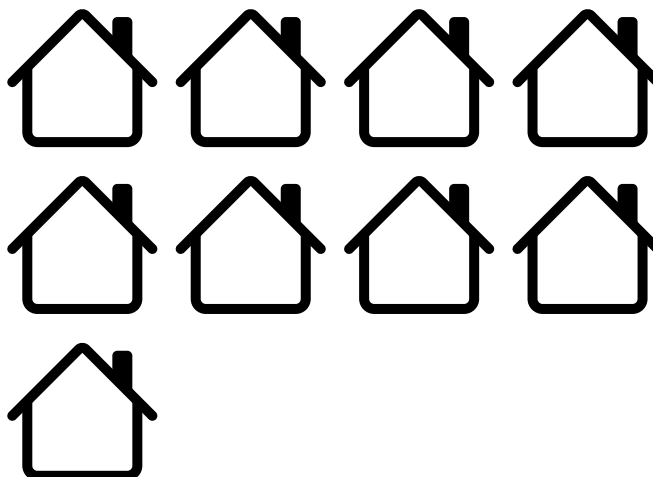
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: